
PARA UMA LEITURA GEOESTRATÉGICA
DE TORDESILHAS

Themudo Barata

PARA UMA LEITURA GEOESTRATÉGICA DE TORDESILHAS

Foi longo, muito longo, o caminho que levou Portugal até Tordesilhas. O percurso durou séculos e houve que vencer etapas difíceis para atingir esse cume do nosso trajecto histórico como nação independente. Quero com isto dizer que o Tratado é o coroamento dum esforço ininterrupto de sucessivas gerações, primeiro, para conseguir, depois, para defender e, por fim, para garantir a Portugal a sua plena liberdade e autonomia.

Com efeito, analisado numa ampla perspectiva histórica, Tordesilhas é o zénite duma trajectória — duma aposta de independência — iniciada três séculos e meio antes pelo passo rebelde e atrevido de D. Afonso Henriques. Então, a independência era não somente frágil como, na verdade, muito incompleta, pois cheia de pontos fracos, de ameaças e de sujeições. Quem ler as linhas e entrelinhas do texto habilmente negociado por D. João II verá dele emergir, com indiscutível nitidez, Portugal como a grande potência marítima da época, contrapondo-se com vantagem à Espanha, a potência terrestre, em formação ainda, e que se iria afirmar, apenas, algumas décadas depois.

Mas, que factores geopolíticos e geoestratégicos se reuniram para que, no cenário europeu daquele final do século XV, Portugal conseguisse tal posição de vanguarda? Analisarei, apenas — e muito brevemente — , quatro dos que me parecem mais relevantes.

Como factor base que é de qualquer estudo geopolítico, começemos pelo território.

Já nos primórdios da nacionalidade, o terreno, a conquista do espaço suficiente, havia sido a tarefa primeira e mais urgente. E tarefa tão difícil que veio a prolongar-se por dois séculos. Melhor, por dois séculos e meio, pois, de facto, a delimitação do território português só ficou consolidada quando aceite pelo vizinho, em 1297, através do Tratado de Alcanizes.

De facto, durante todos esses tempos, o que esteve em jogo não foi apenas a conquista pela conquista de mais uns bocados de terra. O móbil de todas as lutas e esforços era conseguir que do pequeno embrião do Condado Portucalense — frágil como todo o germe e condenado como ele a morrer, caso se não desenvolva — se viesse a passar quer para uma área suficiente, quer também para uma configuração territorial que desse solidez e viabilidade ao propósito duma vida própria. Tal solidez — e, sobretudo, a sua viabilidade futura — implicava, como corolário, que a linha de fronteira conseguida obedecesse a dois requisitos básicos: ser, tanto quanto possível, natural; e garantir, à nova pátria, uma individualidade bem definida e com papel específico no contexto peninsular.

Desde os primeiros momentos, esta dupla preocupação é clara no espírito do Rei Fundador. Com efeito ela está bem traduzida, por um lado, na velocidade que imprimiu à sua corrida para Sul, e, por outro, no seu esforço constante contra o estreitamento a que, ora Leão ora Castela, o queriam forçar. A velocidade permitiu-lhe apossar-se de Lisboa. A sua tenaz luta contra o afunilamento do jovem reino tornou possível — e, diria, natural — a conquista posterior do Algarve e, com ela, o domínio de toda a faixa atlântica e a posse dos seus melhores portos de mar, com realce para o de Lisboa.

Embora não seja agora a oportunidade para desenvolver a análise (e tentar a demonstração) desta tese, lembrarei, contudo, que o tratado que D. Dinis viria a assinar deve ser lido tendo presente este verdadeiro objectivo nacional que norteara já a acção de todos os seus antecessores.

A título de exemplo, recorde-se o cuidado especial que mereceu a D. Afonso Henriques, e depois a D. Sancho I, a manutenção de Bragança. E tinham boas razões para isso. Na realidade, se este vértice caísse, o Condado veria perigosamente reduzida a sua área, face à matriz leonesa; e a desproporção e o peso desta diferença esmagá-lo-iam, o que, a prazo, conduziria à sua fácil e progressiva absorção pelo reino de que nascera.

Acresce que, em tal hipótese, a sua frente de ataque e de futura progressão para sul do rio Douro estreitaria muito. O seu limite do lado de terra ficaria a oeste da serra da Estrela. Em consequência, no seu avanço para sul dificilmente ultrapassaria a margem direita do Mondego.

Mas ganha a batalha respeitante a uma largura indispensável, lembremo-nos como foi dura e persistente aqueloutra que se travou em torno da

posse de Almeida e das terras de Ribacoa. Aqui, a disputa parecia ir contra o que, na época, surgia como a evidente fronteira natural — a serra da Estrela. Contudo, para o espírito — ou, talvez, mais exactamente, para o instinto nacional — dos nossos primeiros reis, mais forte do que esta evidência geográfica comandava-os um imperativo doutra ordem: — a aposta dum povo de vir a ser pátria. Por isso, logo intuíram que aceitar o que na altura surgia como mais sensato, mais pragmático e mais seguro, era matar o seu sonho. E, como sempre, mesmo quando tal pareça impossível, se há um desejo sincero e claramente afirmado, tem de haver uma solução para o concretizar — há que apostar, porque o sonho se conseguirá. Hoje, basta-nos olhar um mapa para compreender a importância dessa sua aposta. De facto, sem esse pequeno avanço de alguns quilómetros, a fronteira de Castela seguiria sempre encostada à serra e ter-se-ia criado uma cunha profunda, cujo vértice, no caso de não atingir o mar, deixaria, quando muito, livre a Portugal uma estreita faixa entre o oceano e o troço final do Tejo. Quer isto dizer que, mesmo no caso, pouco provável, de termos podido manter a posse de Lisboa, não é de admitir que tivéssemos chegado ao Algarve.

Vem quanto antecede para concluir que, naqueles séculos, XII, XIII e XIV, o território que serviu de alicerce à construção da Casa Lusitana, pela sua dimensão, pela sua localização e por não ter sido partilhado, de imediato garantiu a Portugal a independência — e, depois, abriu-lhe boas perspectivas futuras. Ou seja: nas suas dimensões era suficiente e bem delimitado; a sua localização era boa, pois lhe proporcionava as condições de vida e de segurança, então, necessárias; ao excluir, na prática, do litoral atlântico, o seu vizinho castelhano, ficou sem concorrente. Por outras palavras, ficaram traçadas duas vocações distintas para os dois reinos peninsulares.

No que toca a este último ponto, parece não oferecer dúvida que Castela cada vez mais se foi virando para o continente europeu e para o jogo de conflitos e interesses de que era palco o velho mar Mediterrâneo. E tanto mais acentuadamente quanto mais se firmava a norte e mais avançava para se assenhorear da parte sul da Península. Pelo contrário, Portugal, com uma fronteira marítima enorme para tão reduzida superfície (pouco profundo, portanto), e com as suas melhores terras junto ao litoral, teve de desenvolver as potencialidades que o mar lhe conferia. Não quero,

apenas, referir-me à actividade piscatória e ao aproveitamento dos seus muitos e bons portos para atrair a navegação costeira que, num intenso vaivém, ligava o Norte da Europa com Marrocos e o Mediterrâneo. Nem sequer ao estreitamento de relações, primeiro comerciais e, logo a seguir, de amizade e mútua ajuda com os outros povos ribeirinhos do Norte da Europa. Penso, sobretudo, na natural procura de maior segurança e defesa: isto é, dos indispensáveis amigos que o apoiassem a vencer as guerras e ameaças vindas de Castela.

Com efeito, se o território português estava, na Península, particularmente bem posicionado para definir a nossa vocação marítima, no quadro europeu ele surge como o nosso grande trunfo — o nosso atraente dote — na busca dum aliado, dum casamento vantajoso, pois a isso se reduzem sempre as alianças entre estados. O que importa ao escolhê-lo é fazer uma escolha acertada, não se deixando enganar por apetites ou dificuldades de ocasião. É que a aliança será efémera — e, por vezes, prejudicial — quando se trata duma conveniência oportunista, dum fugaz entendimento entre pessoas, da passageira atracção ideológica ou, até mesmo, da necessidade de luta contra inimigos comuns. Pelo contrário, as alianças duradouras têm por alicerce projectos de vida paralelos e coincidência profunda de interesses vitais. E, no caso dos estados, elas têm nas características e potencialidades dos seus territórios uma das suas bases mais seguras — senão mesmo, a mais firme.

Lembremos a nossa aliança circunstancial com os Cruzados, que nos ajudou a conquistar Lisboa e a povoar e desenvolver algumas zonas recém-incorporadas no reino.

Pouco depois, foi assim que começou também o nosso especial entendimento com a Inglaterra. Anos volvidos, quando se ajustou e subscreveu a hoje secular Aliança, o valor da nossa localização já era muito importante. Todavia ainda estava oculto o filão mais rico do enorme potencial geoestratégico e geopolítico da «ocidental praia lusitana». Este só foi descoberto com o início das navegações — e, sobretudo, após os frutos que delas começaram a surgir.

Com efeito, logo que os portugueses começaram a traçar rotas largas e seguras no oceano, as suas águas deixaram de ser obstáculo invencível para o homem — o mar passou a unir e não a separar os povos, no dizer de Pessoa. E, com tal salto na vida da humanidade, este nosso rectângulo de

já apetecida faixa marítima europeia passou a inigualável base atlântica da nova era intercontinental que se antevia.

A princípio, porém, dessas viagens apenas vinham as notícias pouco excitantes do achamento de ilhas desabitadas e de novas terras, numa sucessão monótona que parecia não ter fim. Ilhas e terras onde vivia gente estranha, atrasada e de difícil contacto. Viagens cheias de perigos e de naufrágios e das quais retornávamos, é certo, com troféus significativos, mas que, pelo seu pequeno valor, se despertavam admiração não atiçavam a cobiça de estranhos nem nos davam mais riqueza ou maior poder.

Contudo, algumas décadas depois, começam a surgir os primeiros proveitos materiais de valia. As naus trazem, além de alguns produtos exóticos e de venda fácil, o ouro da Mina. A notícia dum novo tesouro descoberto corre o mundo. Ao porto de Lisboa afluem navios estrangeiros, cada vez em maior número. Cresce o volume de trocas, cresce o ouro nos cofres reais e os armazéns da Ribeira não param de encher. Sente-se que o pólo da vida europeia se começa a transferir do Mediterrâneo para o Atlântico. O conhecimento destas novas realidades alvoroça o mundo ocidental. E para a sua divulgação contribuem activamente os nossos reis, com o propósito evidente de, ao exibirem grandeza e força, e ao exaltarem os feitos de Portugal, reforçarem o nosso posicionamento no contexto europeu. Como exemplo bem significativo, recorde-se a viagem ao Levante determinada por D. João II e que nos relata Garcia de Resende.

Com as primeiras descobertas e viagens aumenta muito, sem qualquer dúvida, o valor geopolítico e geoestratégico do território português. Contudo, o que o fará atingir o seu potencial máximo será a certeza trazida por Bartolomeu Dias de que fora encontrada a passagem para as Índias. Na prática, em nada altera esta situação o anúncio feito por Colombo da existência dumas ilhas, pobres e selvagens, para ocidente. A Espanha, em 1492, acabara de unificar-se. Tinha, agora, alguns portos, a sul, bem localizados. Mas, o caminho para a Índia não partia dali, nem passava pelas águas que lhe foram deixadas em Alcáçovas e depois definidas pelo acordo de Toledo — documentos nos quais já estava a mão firme do Príncipe Perfeito.

Um segundo aspecto que jogava a favor de Portugal, naquele ano de 1494, era a coesão interna e a motivação da sua população.

Era recente, muito recente, a unificação espanhola. Completara-se apenas dois anos antes. Então, como escreveu o Professor Ângelo Ribeiro,

«em vez de se falar de Castela, de Aragão, da Catalunha, de Valência, de Granada, passa-se a falar de Espanha» (in «História de Portugal», edição de Barcelos, pág. 204). E acentuarei que só então passou a existir a Espanha, contra os dois séculos que Portugal já levava de definição das fronteiras do reino.

No nosso caso haviam-se sucedido mais de seis gerações, depois que caíra Silves. Acresce que a grande massa da população já se havia começado a fundir, quase desde o início da nacionalidade. E não unicamente pelo natural entrosamento de casamentos entre habitantes dum mesmo país, mas mais fortemente ainda pela sedimentação no seu espírito dum comum património de valores. Muito em particular pela consciência de unidade que cria e desenvolve a luta e morte em combate, num mesmo exército, para defender a sua casa, os seus bens — afinal, a sua terra que passa a ser olhada e sentida cada vez mais como um todo, um grande espaço único de liberdade, delimitado pelas fronteiras terrestres. Por outras palavras, Portugal já era uma pátria com alguns séculos de existência quando os Reis Católicos conseguem definir a casa única espanhola.

Importa destacar, ainda, que dentro desta nossa já velha fronteira vivia um povo sem diferenças étnicas — perfeitamente fundido, portanto —, quer no seu tronco, quer nas suas características. Genética e culturalmente tínhamos uma invulgar coesão rácica. Para esta realidade contribuía, de modo decisivo, a unidade linguística. E o português já era língua adulta, bem diferenciada, com gramática própria, poetas e escritores de qualidade e múltiplas obras publicadas.

Pense-se, agora, na precaridade dos laços que uniam, na restante Península, as diversas gentes que tinham acabado de ficar sob o ceptro dos Reis Católicos. Eram várias as línguas, grandes as suas diferenças étnicas, e não apenas distintos como, por vezes, rivais os seus percursos históricos. Estava bem fresca, ainda, a memória de lutas e conflitos entre os vários reinos agora integrados num só. Aliás, houve que esperar até 1512 para que, oficialmente, Navarra se tornasse parte da Espanha. E, apesar de extinto, o reino de Granada deixara marcas profundas e duradouras numa região onde governara durante séculos e onde a civilização árabe atingiu um esplendor sem paralelo na Península. Isto é, a unidade espanhola estava a dar os primeiros passos: por isso, como qualquer ser que nasce, era muito frágil, nesses seus anos iniciais.

Enquanto, pois, Portugal, demograficamente, constituía uma unidade já bem consolidada, a Espanha — agora, muito maior tanto em superfície como em gente — era um estado à procura dessa fusão, que nunca se processa por decreto. São precisas sempre algumas gerações para eliminar complexos, apagar diferenças e gerar o novo cidadão da nova pátria. É que além do tempo que a natureza requer para fazer o amálgama de raças, de costumes e de tradições, uma pátria só tem existência real se tem a unir os seus habitantes um mesmo projecto de vida. E, no caso espanhol, este projecto era mediterrânico para alguns, atlântico para outros, poucos, e continental para os restantes.

Todos sabemos que, na cena internacional, o poder de um país não é uma função linear e exclusiva do número dos seus habitantes. Este dado conta — e é importante, sem dúvida. Todavia, tratando-se de homens, o potencial demográfico, se depende da quantidade, não se reduz a esta. Há que analisar a qualidade, nas suas múltiplas facetas. Já vimos como é relevante o factor da coesão. Deixarei de lado outros aspectos menores para este caso, como a sua capacidade física e intelectual, o seu espírito de sacrifício, nível civilizacional e valores ético-religiosos, pois, quanto a todos eles, eram muito semelhantes portugueses e espanhóis. Já o mesmo se não pode dizer no que concerne à motivação — estado de espírito que, fazendo convergir sobre uma tarefa a vontade e todas as forças de qualquer homem, potencializa as suas capacidades e o leva a superar-se e a realizar aparentes impossíveis. Traduz-se na sensação nova e estranha de liberdade e plenitude. O dinamismo da motivação pressupõe, portanto, aceitar riscos porque se confia em si próprio, na solidariedade dos que o rodeiam e na competência dos que mandam. Reforça-se com o êxito dos sucessivos resultados conseguidos.

Analisando, a esta luz, o passado recente dos dois países ibéricos, nas vésperas de Tordesilhas, logo ressaltam muitas e grandes diferenças.

A Espanha atravessava um período de profundas transformações e dificuldades, como é sempre, aliás, o tempo de gestação duma nova entidade política. O inesperado sucesso da viagem de Colombo e o casamento das duas coroas de Aragão e Castela faziam-na balançar-se entre o seu tradicional pendor mediterrânico e as novas perspectivas que se lhe abriam de se tornar, também, uma potência atlântica. Recuando um pouco, de há um século para cá procurava construir uma difícil unidade e harmonia

interna, tanto entre os vários reinos como dentro destes, muitos deles gravemente afectados por longas guerras e militarmente enfraquecidos. Pela sua especial importância lembremos o caso de Castela, negativamente marcada pelo insucesso das suas lutas com Portugal e que atravessava um período de repensar o seu exército — período longo mas bem frutuoso, pois dele nasceria a vitoriosa infantaria espanhola dos séculos XVI e XVII.

Retrata bem esta situação a atitude diferente de Portugal e de Espanha no intervalo de 90 anos. Primeiro, em 1383-85, embora não o conseguindo, era Castela que se sentia superior — e com força — para anexar Portugal. Em Toro, os papéis invertiam-se e seria D. Afonso V a tentar, sem êxito, tornar-se rei de Castela.

Note-se, porém, que se, no primeiro caso, a derrota teve para Castela consequências de descrença em si — e, logo, foi desmotivadora — em 1475, ao sair vencido da batalha, Portugal estava já empenhado noutro projecto que o absorvia e, pode dizer-se, até, o deslumbrava. Daí que a população se entregasse apaixonadamente às descobertas e às viagens marítimas e tivesse tomado como um incidente de percurso o passo infeliz do seu rei.

Aliás, desde o ano anterior, o ainda Príncipe D. João passara a dirigir as expedições, um tanto adormecidas desde a morte do Infante. E não só a dirigi-las como a impulsioná-las vigorosamente.

O sentido de segurança e de superioridade que, naturalmente, reinava no espírito de todos os portugueses vinha dar-lhe quer uma coesão rara quer uma confiança absoluta nos chefes que os haviam conduzido desde as horas difíceis, e sem aparente saída, que antecederam Aljubarrota, ao apogeu de pioneiros duma nova era. Ou seja, do receio de deixarem de ser livres e senhores do seu destino no pequeno rectângulo europeu às certezas maravilhosas das novas terras descobertas.

Deste sobre-humano esforço ainda estavam por vir as dores, as desilusões, a face negra, enfim. Era a hora do sucesso, do deslumbramento, do não regatear sacrifícios — de nada temer.

Um outro aspecto merece também referência. Posso, talvez, intitular-lo de capacidade realizadora.

Como é evidente, a gesta dos Descobrimentos não foi obra do acaso, nem sequer da teimosia, visionária e feliz, do Infante D. Henrique. Sorte e persistência — ninguém o nega — são sempre necessárias para vencer as

grandes batalhas da vida. Mas não bastam. Como escreveu certa vez Napoleão em carta dirigida a Madame de Rémusat, para vencer é preciso, antes, conhecer e calcular bem, e em todos os seus pormenores, a tarefa e as suas probabilidades de êxito e, depois, então, fazer exactamente que aconteça aquilo a que chamamos sorte. Pois, logo acrescenta, a sorte será sempre um mistério para os espíritos mediócrs, mas torna-se uma realidade para os espíritos superiores. É que se trata, afinal, de pesar, na justa medida, todos os factores — de que só poucos são capazes.

Quero com isto dizer que o extraordinário empreendimento das Descobertas só foi possível porque, em Portugal, se reuniu, naquela época, uma plêiade de homens superiores. E lembrar também que pôr de pé tal empreendimento exigiu, e pressupõe, a reunião de um vasto leque de informações e de conhecimentos científicos. Isto é, havia que saber muito e saber fazer tudo muito bem.

Portugal atravessava o período áureo da sua história. Saíra da tremenda crise de 1383-85 galvanizado pelas vitórias e pela figura tutelar de Nun'Álvares. Sem demora, mercê da sua nova e estreita ligação à Inglaterra e da segurança e prestígio internacional alcançados, viu abrirem-se-lhe as portas dos mais importantes centros de poder e do pensamento europeus. Basta recordar as viagens do Infante D. Pedro e o aparato real com que foi, por exemplo, recebido na Alemanha; a cultura do rei D. Duarte, patente nos seus escritos; e o cuidado posto por D. João I em chamar e acolher bons mestres e gente avisada para apoiar a sua corte.

Em síntese, se o Infante de Sagres é o rosto e o símbolo dos Descobrimentos por ser, na altura, o «homem do leme», esta maravilhosa aventura foi obra e resultado da acção conjunta duma vasta equipa cultural e científica, que obteve, reuniu e, em seguida, transformou num «produto novo», e secreto na sua composição e manufactura, uma ampla gama de conhecimentos. Para tal, serviu-se de coisas já sabidas ou aprendidas, aqui e ali, e das novas soluções tecnológicas e científicas que a própria experiência e um estudo aprofundado iam criando. Foi assim no campo da construção naval, na arte de navegar, no conhecimento da cartografia e da orientação astronómica e, logo depois, no artilhamento dos barcos e das fortalezas, para apenas citar algumas das áreas mais significativas.

Parece fora de dúvida que se Colombo, por exemplo, sabia, como nós, navegar (ou o aprendera connosco), julga-se, também com alguma certeza,

que não só ele, como em geral os estrangeiros — em especial os conselheiros dos Reis Católicos —, todos ignoravam elementos essenciais da geografia do Globo, já na posse dos portugueses.

Designei este aspecto de capacidade realizadora, e não somente de avanço tecnológico e científico, porque considero que ele não pode abstrair-se do estado de espírito colectivo então existente: uma população coesa e motivada e uma excelente elite política, na qual aquela confiava e se revia. Era esta unidade perfeita, e tão difícil de obter como de repetir, que levava os homens a embarcar sem reservas para o desconhecido — e tanta vez para o naufrágio. E os chefes, com o rei à frente, a empenhar o seu prestígio — e os seus cabedais — numa empresa que no presente «consumia vidas e fazendas» mas que, não o duvidavam, era o caminho certo para Portugal.

Em resumo, a nação como um só homem preparara-se e desejava viver aquele risco.

O último dos aspectos que pretendo focar é o da existência duma estrutura política forte.

Já forte do antecedente na sua organização e, depois, particularmente forte na sua chefia com D. João II, um rei experiente, hábil e incontestado, que tomou em suas mãos firmes a condução directa dos grandes assuntos nacionais — e, em concreto, o de Tordesilhas.

Com efeito, desde há um século, o longo reinado do fundador da dinastia de Aviz e o seu indiscutível prestígio haviam dado já a Portugal, não só no campo militar mas também no administrativo, a configuração dum estado moderno. De Aljubarrota saíra um exército nacional. Quanto ao aparelho do estado, o vazio criado pela saída de grande parte da nobreza permitiu-lhe promover nova gente a posições de relevo. As novas condições criadas e o mais fácil e mais estreito relacionamento com a Inglaterra e o Norte da Europa desenvolveram a actividade comercial e originaram o surgir duma nova elite social.

Durante os 48 anos do seu feliz reinado, D. João I fortaleceu o poder real e ligou-o mais intimamente ao povo, tanto através da frequente reunião das cortes como pela presença de representantes que aquele mantinha no seu conselho. Monarca clarividente e de invulgar bom senso, o Rei de Boa Memória soube rodear-se de hábeis legistas e bons burocratas. Como exemplo, aponte-se que foi no seu tempo, e por sua iniciativa, que o Doutor João

Mendes começou a tarefa que seu neto concluiria — as Ordenações Afonsinas. E acrescenta-se que, na continuação do impulso por ele dado, os seus sucessores puderam associar a este monumental código jurídico o chamado «Regimento de Guerra» e os seus dois anexos (Regimento dos Coudéis e dos Anadéis), o que bem demonstra como, também na área militar, era perfeita a organização do País.

Quando, depois de alguns anos de efectiva participação no governo, D. João II ascendeu ao trono, Portugal era, pois, sem dúvida, um estado possuidor duma já sólida e bem estruturada ossatura política. O rei conhecia muito bem a máquina governativa que lhe cabia passar a dirigir. E conhecia-a quer nas suas virtualidades, quer nas suas limitações e fraquezas. Sem demora, e com a inteligência e a precisão que todos lhe reconhecem, tratou de eliminar estas vulnerabilidades. Teve êxito, reforçando, assim, a eficiência daquela e o seu próprio poder.

Logo, desde 1474, o Príncipe Perfeito se revelara um chefe excepcional em visão e firmeza, ao imprimir um novo impulso — o rumo certo — às viagens e descobrimentos marítimos, um tanto frouxos e indefinidos após a morte do Infante. Só isto já lhe merecia o cognome que o imortalizou. Contudo, o que faz dele a figura central do célebre Tratado foram a segurança, a subtilidade e a habilidade reveladas nas duras negociações com Isabel e Fernando, reis de craveira política semelhante à sua.

Ao apontar os méritos de D. João II e as alturas a que se elevou, não se pode esquecer, porém, a boa qualidade do aparelho político e administrativo português, e que o serviam elementos de grande valia. Basta, para o comprovar, o segredo que se conseguiu manter, quer durante a conduta das negociações, quer acerca dos resultados e perspectivas das viagens marítimas já feitas. Só uma estrutura coesa, esclarecida e extraordinariamente eficaz podia tornar-se assim impenetrável aos variados agentes estrangeiros.

De qualquer forma, foi D. João II quem conduziu pessoalmente todo o processo que veio a desembocar no tratado. E processo que começou a comandar desde muito antes, num traçado sinuoso que só ele bem conhecia. Tais diligências levaram-no, primeiro, em 1477, a Alcáçovas. Depois, já com novas coordenadas, a Toledo, em Março de 1480. Finalmente, e após uma série de jogos e pressões, inclusive de ordem militar, a Tordesilhas, em 7 de Junho de 1494. Em síntese, sem D. João II Tordesilhas não teria sido possível.

Ensinam a resistência dos materiais e a acústica que, quando as vibrações fazem coincidir os seus batimentos, se verifica uma elongação anormal nos respectivos movimentos e sons. Conhecem bem este efeito os militares, pois já determinavam os velhos regulamentos que, ao passar nas pontes, a tropa desacetasse o passo, evitando-se, assim, que a coincidência dos batimentos dos pés pusesse em risco a segurança da estrutura.

Penso ser esta a melhor imagem para concluir quanto pretendi dizer.

Há cinco séculos existiam especiais condições geopolíticas e geoestratégicas para Portugal se impor no cenário europeu — e, então, a Europa tinha clara supremacia científica e tecnológica em relação aos restantes continentes.

A comandar os destinos de Portugal estava um chefe de rara capacidade e que conseguira ter nas suas mãos todo o poder dum estado cujas potencialidades conhecia. Daí o ter sido possível explorá-las até ao máximo da sua sinergia.

Themudo Barata